

PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.514.814 - SC (2019/0155872-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
REQUERENTE : LUIZ CARLOS PIRES
ADVOGADO : JEAN CARLOS VERONA - SC028853
REQUERIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : RAFAEL SGANZERLA DURAND - SC030932

DECISÃO

Trata-se de petição protocolizada sob o número 00629517/2019, informando que a tese do presente recurso foi decidida no julgamento do Recurso Especial repetitivo n. 1.391.198. E conclui, "tendo em vista que o presente recurso especial é oriundo de cumprimento de sentença com base na ação civil pública que o IDEC moveu contra o Banco do Brasil (ACP nº 16798-9/1998/DF), requer o andamento do feito, com análise do agravo em recurso especial, para que ao final, não seja conhecido" (e-STJ fl. 506).

É o relatório.

Decido.

Com efeito, a tese afetada ao julgamento dos repetitivos não abrange "os específicos casos das execuções das sentenças proferidas na ação civil pública que a Apadeco moveu contra o Banestado (ACP nº 38.765/1998/PR) e naquela que o IDEC moveu contra o Banco do Brasil (ACP nº 16798-9/1998/DF), levando-se em consideração o julgamento dos **Recursos Especiais nº 1.243.887/PR e nº 1.391.198/RS**, julgados sob o rito dos recursos especiais repetitivos, e a eficácia preclusiva decorrente da coisa julgada" (REsp n. 1.438.263/SP).

Em face do exposto, DEFIRO o pedido para tornar sem efeito a decisão de fl. 503 (e-STJ). Após, retornem os autos conclusos para análise do agravo em recurso especial (e-STJ fls. 387/435).

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator